

O PROGRAMA ESCOLA 10 COMO POLÍTICA PÚBLICA EDUCACIONAL DE ALAGOAS E UMA AMEAÇA À GESTÃO DEMOCRÁTICA NA ESCOLA

Wellyngton Chaves Monteiro da Silva
Universidade Estadual de Alagoas (UNEAL)
wellyngton.silva@uneal.edu.br

Maria das Graças Correia Gomes
Universidade Estadual de Alagoas (UNEAL)
graca.gomes@uneal.edu.br

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

O presente trabalho tem como base estudos sobre políticas públicas em educação, a partir da materialização do Programa Escola 10 como estratégia para fortalecer o ensino público alagoano, elevando os resultados do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB). Tem como objetivo identificar as implicações do programa na mudança de paradigma da gestão da educação básica pública do estado de Alagoas. É de abordagem qualitativa, utilizando a pesquisa documental e bibliográfica nas análises de questões relacionadas ao objeto de estudo.

Para melhor compreensão do estudo sobre políticas públicas, ou ações públicas, trazemos o conceito de “dispositivos político-administrativos coordenados em princípio em torno de objetivos explícitos” (MULLER; SUREL, 2002, p. 11). Farenzena (2011), baseada em Muller e Surel (2002), considera políticas públicas como decisões ou ações de governo que são expressão do poder público, constituem um quadro normativo de ação e formam uma ordem ou espaço de relações entre os atores para regulação de consensos e conflitos. Segundo a autora, adicionalmente, as políticas públicas de educação expressam percepções ou visões de mundo no que diz respeito ao lugar e ao papel da educação na sociedade.

Alguns pontos ficaram muito evidentes neste trabalho, a partir do modelo gerencialista no qual se insere o Programa Escola 10 como política pública do estado de Alagoas. E, nessa medida, destaca-se como uma ameaça à autonomia administrativa e pedagógica docente – consolidada com a legalização da gestão democrática no estado de Alagoas, desde a década de 1990, com o aumento de responsabilidades atribuídas, em especial as burocráticas –, que acarreta ansiedade e desgaste profissional em decorrência de uma gestão de cunho gerencial.

O PROGRAMA ESCOLA 10 COMO ESTRATÉGIA DO GERENCIALISMO

A educação alagoana se desenvolveu em um cenário adverso, marcado pela desigualdade social e econômica com consequências nas oportunidades de acesso à escolarização básica de seus cidadãos, comprometendo, especialmente, as camadas mais vulneráveis da sociedade, com indicadores problemáticos e com reflexos no desenvolvimento econômico e social do estado.

Há, portanto, a necessidade de políticas públicas que promovam ações articuladas e com investimentos que atendam às profundas desigualdades educacionais presentes no estado. Nesse contexto, o governo de Alagoas lançou, em março de 2017, o Programa Escola 10, uma política pública que “consiste em um pacto pela educação, de iniciativa do governo estadual, unindo estado e municípios, e busca garantir os direitos de aprendizagem dos estudantes, fortalecendo o regime de colaboração entre os entes federativos envolvidos.” (SILVA; FARENZENA, 2020, p. 532).

Com o lançamento do Programa Escola 10, foi constituída uma rede de articuladores de ensino – lotados nas secretarias municipais de educação e escolas das redes públicas municipais e estadual de ensino de Alagoas – que tem por objetivo o compartilhamento e alinhamento de ideias e ações, em regime colaborativo com a SEDUC, com o propósito de garantir os direitos de aprendizagem dos estudantes da educação básica e a equidade nas redes públicas de Alagoas (SILVA; FARENZENA, 2020), o que evidencia uma característica do gerencialismo por meio do monitoramento das ações do(a) professor(a).

Vale destacar que o Escola 10 se assemelha a outros modelos adotados em estados e municípios brasileiros, a exemplo do Prêmio Escola Nota Dez, do estado do Ceará. Quanto a este, Mota (2016, p. 8297) destaca como sendo “utilizado como uma ferramenta de controle e gestão, pois a premiação está vinculada aos resultados da prova de Língua Portuguesa.” Em Alagoas, observamos que esse controle e monitoramento da gestão e atividade dos docentes ocorre por meio da rede de articuladores de ensino, criada pelo Escola 10, e pelos técnicos de acompanhamento pedagógico, envolvendo desde o preenchimento de formulários à observação de aula.

Diferentemente do caso cearense, em Alagoas a premiação ocorre exclusivamente valorizando as escolas com os melhores resultados no IDEB, sem

qualquer apoio às que apresentarem os menores resultados, justamente as que mais necessitam desses investimentos.

Outro ponto a se destacar é que, sendo os docentes os principais responsáveis pelo desempenho dos estudantes, por sua atuação no processo de ensino-aprendizagem, recai sobre eles a cobrança pelos resultados das proficiências, os indicadores e, ainda, a responsabilidade pelo pagamento do abono aos profissionais de cada escola, constituindo-se uma forma de regular o trabalho pedagógico do(a) professor(a) e comprometer o trabalho coletivo e a qualidade do ensino, o que seria o objetivo do programa.

Silva e Farenzena (2020, p. 544) destacam que, no debate de ideias em torno do Programa Escola 10, é o “seu traço competitivo, com gratificações e prêmios, uma lógica distante dos princípios de gestão democrática do ensino e de regime de colaboração na educação.” Assim, embora seja um dos esforços do estado na tentativa de melhorar seus indicadores educacionais, tem consequências nefastas para a democratização da educação, uma vez que vem trabalhando numa perspectiva gerencial e empresarial incompatíveis com uma educação pública que precisa atender à realidade socioeconômica local, exigindo a manutenção e o desenvolvimento de iniciativas que favoreçam o aperfeiçoamento de políticas públicas que “proporcionarão melhores condições educacionais para a população, em especial aquele segmento que depende da educação pública estadual e municipal.” (SILVA; FARENZENA, 2020, p. 544).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estado de Alagoas adotou como política pública de educação o Programa Escola 10, que traz no seu bojo ações de modelo gerencialista, incorporando atitudes empresariais como prática para a escola pública. De acordo com Ball (2010), há diversas características do gerencialismo: modelo de organização centrado nas pessoas, em que desperta um espírito empreendedor de todos os empregados; motivação das pessoas em produzir com qualidade, no esforço em busca da excelência; gerentes tornam-se líderes para promover um compromisso coletivo da corporação em ser o melhor. Nessa perspectiva, o gerencialismo evidencia uma ameaça à autonomia pedagógica e administrativa do professor, um dos elementos principais da gestão democrática, consolidada no estado de Alagoas

desde a década de 1990, inicialmente com a eleição para diretores e a formação de conselhos escolares.

Finalmente, além do comprometimento do processo de gestão democrática na escola pública, o que temos visto é um aumento das responsabilidades, principalmente burocráticas, por parte de docentes e equipe gestora da escola em prol da melhoria da “qualidade da educação”, pautada fortemente no aproveitamento nos exames padronizados do governo federal. Tais ações devem ser realizadas em curto prazo, provocando ansiedade e desgaste em toda equipe da escola, por conta da imposição de ações padronizadas e rotinas preestabelecidas. Acreditamos que, hoje, existe uma política de culpabilização dos docentes que se sentem pressionados no cumprimento das tarefas impostas pela SEDUC, excluindo da escola e reduzindo nos professores a sua autonomia administrativa e pedagógica, o que se caracteriza como uma gestão de cunho gerencial e promotor de tensões no ambiente escolar.

REFERÊNCIAS

BALL, Stephen J. Performatividades e Fabricações na Economia Educacional: rumo a uma sociedade performativa. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 35, n. 2, p. 37-55, 2010. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/educacaoerealidade/article/view/15865>. Acesso em: 15 jun. 2020.

FARENZENA, Nalú. Responsabilidade pública para com as políticas públicas de educação: algumas reflexões. **Políticas Educativas**, Porto Alegre, v. 5, n. 1, p. 96-112, 2011.

MOTA, Maria Océlia. Políticas de responsabilização: o Prêmio Escola Nota Dez e o Programa de Intervenção Pedagógica. *In*: ENDIPE - Didática e prática de ensino no contexto político contemporâneo: cenas da educação brasileira, 18., 2016, Cuiabá. **Anais [...]**, Cuiabá, 2016. p. 8293-8304.

MULLER, Pierre; SUREL, Yves. **A análise das políticas públicas**. Tradução Agemir Bavaresco, Alceu R. Ferraro. Pelotas: Educat, 2002. 156p.

SILVA, Wellyngton Chaves Monteiro da; FARENZENA, Nalú. O Programa Escola 10 no contexto da educação alagoana. **Diversitas Journal**, Santana do Ipanema, v. 5, n. 1, p. 531-546, 2020. Disponível em: https://periodicos.ifal.edu.br/diversitas_journal/article/view/900. Acesso em: 21 jul. 2021.